

“ROÇANDO EMPREITADA... FAZENDO MARCAS:” A CONDIÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA¹

Sebastiana Rodrigues de Brito²

Resumo:

Neste texto estão contidos alguns dos resultados de uma pesquisa sobre significados do trabalho de mulheres da área rural de dois municípios do Rio de Janeiro, a partir do recente contexto de mudanças na agricultura do país. Foram utilizados dados quantitativos (IBGE) e qualitativos obtidos em pesquisa direta, com enfoque metodológico direcionado à busca das determinações do objeto de estudo, ao resgate da totalidade da vida social, sem perder a riqueza da realidade do cotidiano. O caminho percorrido mostrou que as formas de inserção das mulheres no trabalho vem sendo redefinidas e, ao mesmo tempo, reiteradas práticas sociais de homens e mulheres nas atividades laborativas que expressam as hierarquias nas relações estabelecidas no âmbito do privado. A questão da ambivalência atravessa as noções de trabalho que constroem, estando presente inclusive quando se reportam ao trabalho mediado pela categoria de gênero.

Palavras chaves:

Trabalho - agricultura - gênero

Abstract:

“Cutting task... making marks”: the women condition in agriculture

¹ O presente texto é parte dos resultados da pesquisa “Trabalho e gênero no meio rural: desvendando caminhos e significados do trabalho de mulheres e crianças em dois municípios do Rio de Janeiro”, efetivada entre 1999 - 2001, na área rural de Serrinha do Mendanha (município RJ) e São Fidélis, norte fluminense. Bolsistas participantes: apoio técnico - Stella Maria Leal Bastos Senes, Ana Paula M. A. Scarabelli e Patrícia M. Victor; b) iniciação científica - Barbara Lúcia S. Santos, Ciomara M^a. Santos, Flávia Cristina da Silva, Ana Cristina R. Rohen, Luciane B. do Amaral e Nícia Reis Alves.

² Socióloga, professora da PUC-RIO, coordenadora da pesquisa.

This text contains some of the results of a research about the meaning of the women work in the rural area of two municipalities of Rio de Janeiro, from the recent context of changes in the agriculture of the country. We used quantitative data (IBGE) and qualitative as well, obtained in direct research, with a methodological focus oriented towards the search for the determinations of the object of study, preserving the totality of the social life, without losing the sense and richness of the reality of the everyday life. The study showed that the forms of insertion of the women at work are being redefined and, at the same time, established social practices of men and women in labor activities which express the established hierarchies in household relations.

The question of ambivalence reaches the labor notions constructed, being present, as well, they report themselves, about gender work relations.

Key works:

Work – agriculture – gender

Introdução

Neste texto são apresentados alguns dos resultados de uma investigação na qual buscávamos compreender as formas atuais de expressão e significados do trabalho exercido por mulheres e crianças na agricultura familiar, tendo como ponto de referência o contexto das transformações que vêm ocorrendo no meio rural brasileiro e das conseqüentes estratégias criadas de reprodução social dos grupos domésticos. Um dos princípios adotados, inicialmente, foi o de que o trabalho abarca realidades, conteúdos, significações e vivências diferentes, segundo as diversas sociedades, e que, apesar dos muitos esforços feitos para melhor entendê-lo enquanto atributo de cada indivíduo e enquanto elemento constitutivo do gênero humano, restam sempre aspectos obscuros a serem desvendados, especialmente quando se pensa na relação entre estrutura do mercado de trabalho e o processo de acumulação no capitalismo contemporâneo.

A exposição acerca das condições sob as quais ocorre a participação das mulheres entrevistadas nas atividades agrícolas e/ou não agrícolas permitiu desvelar como o viés de gênero vem sinalizando questões importantes a serem consideradas na apreensão do vivido por estes sujeitos. Constatou-se, mais uma vez, que a assimetria das experiências masculinas e femininas não consegue esconder o quanto a divisão social do trabalho está fundada nas diferenças e nas contradições. Nesta perspectiva a articulação entre produção e reprodução, ou das relações de classes e de sexo, apontou a necessidade de se ter, no processo de conhecimento, uma proposta de análise que considerasse o trabalho não apenas como atividade no sentido restrito, mas enquanto relação social, conforme indicado por Vincent (1995), visto além

da esfera da produção propriamente dita, entendido inclusive na esfera da reprodução, naquilo que ocorre no mundo privado.

Considerando, nesta ordem de idéias, a particularidade da condição feminina no setor agrícola, é relevante recordar que as mulheres rurais vêm, ao longo da história, desempenhando funções sociais que se referem tanto à reprodução da espécie quanto à produção de alimentos, e sua disponibilidade para a inserção no mercado de trabalho está condicionada ao caráter da intermitência do tempo no qual podem dispor neste exercício. No mundo rural as distinções entre homens e mulheres têm sido particularmente significativas, sobretudo quando se considera que as possibilidades de homogeneização das formas de organização da produção agrícola são mais restritas que nos outros setores da sociedade. E, por isso mesmo, o fato de serem mulheres vai facilitar-lhes a inserção nas atividades agrícolas apenas em períodos de maior demanda de força de trabalho. A sua disponibilidade/indisponibilidade para a realização de atividades outras que não venham prejudicar o desempenho de papéis que lhes são, tradicionalmente, atribuídos, vem reforçar o caráter de sua inserção na produção agrícola sob formas precárias, eventuais e, em grande parte, sem qualquer remuneração (Saffioti, H. I. B., 1992).

A partir destas considerações iniciais propomo-nos, neste artigo, apontar alguns aspectos que vêm desenhando o cenário da agricultura brasileira, nos últimos anos, através de dados quantitativos, e que estão relacionados com a problemática levantada em nossa investigação e que desvelam questões mais amplas da totalidade para, em seguida, tratar da particularidade revelada pela pesquisa qualitativa efetivada na área rural, em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro - Serrinha do Mendanha (bairro rural do Rio de Janeiro) e São Fidélis - junto a mulheres pertencentes a grupos domésticos inseridos não apenas, mas sobretudo, nas formas de organização da produção agrícola de caráter familiar. É necessário esclarecer que, nesta segunda parte, será exposta apenas parte dos resultados obtidos, relacionada à questão de trabalho e gênero no meio rural, resgatando, através das falas das mulheres entrevistadas, os significados que elas atribuem ao trabalho, onde aparecem contradições e ambigüidades que, em última instância, traduzem iniquidades e subordinações de diversas ordens atravessando as suas trajetórias de vida.

Alguns aspectos da organização agrária e da divisão sexual do trabalho

1 - Aspectos gerais

Analisando os dados da PNAD (IBGE) para o ano de 1999, a partir da composição por sexo, as características que aparecem indicam diferenciações muito significativas em relação à divisão sexual do trabalho. Em primei-

ro lugar, eles vêm confirmar que a maior parte das pessoas ocupadas na agricultura é do sexo masculino: 66,02% do total dos trabalhadores deste setor são homens e apenas 33,9% são mulheres. Quando se observam as freqüências dos trabalhadores na composição por posição na ocupação, há a evidência da forte presença das mulheres na agricultura familiar, denotando que as atividades de caráter mercantil são designadas como pertencentes ao campo masculino. Enquanto 80,9% das mulheres trabalham na condição de não remuneradas e para o próprio consumo, os homens, nesta posição, perfazem apenas 27,8%.

No que diz respeito ao trabalho assalariado, as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas constituem 8,6% na condição de empregadas, sendo que os homens formam um contingente de 34,0% nesta mesma posição. Se acrescentarmos as informações sobre a parte que compõe o setor patronal, as discrepâncias entre sexos mantêm-se: dentre o total de trabalhadores do sexo masculino, somente 3,8% são empregadores, sendo que o percentual de mulheres nesta mesma condição só chega a 0,45% do total das ocupadas na agricultura.

Os dados referentes às horas semanais trabalhadas servem para desvendar um pouco mais o cenário das condições de inserção das mulheres nas atividades produtivas da agricultura. A concentração das mesmas nos intervalos situados nos menores números de horas habitualmente trabalhadas - em até 14 horas e de 15 a 39 horas semanais - vem ratificar a maior importância das mulheres na agricultura familiar em detrimento de inserções em atividades assalariadas pois, ali, é mais fácil para as mesmas a conciliação das atividades ligadas à reprodução da família com as da produção agrícola. Assim, essas diferenças em termos de tempo de trabalho dispensado nas atividades produtivas agrícolas, por homens e mulheres, não podem estar indicando que estas trabalham menos que os primeiros. E já tem sido demonstrado que a mulher inserida na agricultura trabalha tanto ou mais que o homem, tendo em conta que, quase sempre, deve dar conta das tarefas domésticas além de consagrar parcela do seu tempo ao desempenho de importantes atividades produtivas.

Tomando-se como base os rendimentos auferidos pelos trabalhadores para averiguar as disparidades existentes entre homens e mulheres, observamos que a referência à sua situação do domicílio vem colocar em evidência outro aspecto importante implícito nas heterogeneidades sociais. À primeira leitura dos dados constata-se que há grandes discrepâncias entre os valores do rendimento médio mensal do total dos trabalhadores do setor urbano em relação ao total daqueles de domicílio rural. Os trabalhadores urbanos têm rendimentos no valor de mais de duas vezes e meia ao dos rurais. No entanto, quando analisamos estas variáveis correlacionadas à categoria de sexo, as diferenças são ainda mais significativas. Se os rendimentos auferidos por homens trabalhadores urbanos são bem mais altos do que os dos homens do

setor rural – de R\$498,00 e R\$202,00 - quando comparamos tais valores recebidos pelas mulheres urbanas com os das mulheres rurais, as diferenças saltam para mais de três vezes. Ou seja, os trabalhadores rurais encontram-se em condições mais precárias que aqueles do setor urbano. Mais grave ainda são as precariedades explicitadas na condição feminina e, de modo particular, das mulheres inseridas no trabalho agrícola.

Quando são feitas comparações com a utilização de informações referentes às classes de rendimento médio mensal no trabalho principal agrícola, a linguagem desses dados explicita mais ainda o lado perverso dos resultados do trabalho exercido pela população do campo, e indicando que a via da modernização que vinha sendo adotada no país nada mais foi que um corolário do processo de exclusão.

A constatação da mais alta freqüência (46,7%) de trabalhadores na classe de sem rendimento vem corroborar, mais uma vez, o fenômeno da reprodução, em período recente, da agricultura de subsistência, que tem tido, no nosso contexto, uma história de múltiplas subordinações. Por outro lado, avaliando a distribuição, segundo as classes de rendimentos, observa-se que os níveis salariais estão concentrados nas faixas que vão de mais de meio salário mínimo até aquela de mais de um a dois salários mínimos - as duas juntas perfazem 32,9% dos trabalhadores rurais.

Quando os dados são desdobrados segundo a categoria sexo, os contrastes continuam, igualmente, apontando as mulheres rurais enquanto as mais vulnerabilizadas. Se 81,3% delas encontram-se entre as trabalhadoras que não recebem qualquer pagamento pelo trabalho que efetivam na agricultura, entre as que são remuneradas os níveis salariais encontram-se nos estratos mais baixos. Embora sejam, também, baixos os ganhos dos homens que trabalham nas atividades agrícolas, a proporção dentre os mesmos que não recebem qualquer remuneração é bem mais baixa que a das mulheres, quer dizer, em torno de 29,0%. Além disso, a maior incidência de homens que têm rendimentos dá-se nas faixas de meio a mais de um a dois salários (44,8%), enquanto as mulheres estão concentradas nas faixas abaixo destas, isto é, nos estratos de rendimentos abaixo de um salário mínimo.

Um outro aspecto que consideramos significativo para complementar o quadro das referências acerca das precárias condições de existência dos trabalhadores rurais, tendo em conta a questão de gênero, é o concernente às possibilidades de acesso à instrução formal. A leitura dos dados referentes aos indicadores de alfabetização e aos anos de estudo da população por situação de domicílio e sexo, revelam que as maiores carências encontram-se entre os segmentos da população rural. Além de ser grande a incidência de pessoas de 5 anos ou mais de idade, inseridas na categoria analfabetas, com domicílio rural, podem ser constatadas diferenças entre estas e as de

domicílio urbano. Um fato que chama a atenção é a presença de um número um pouco maior de mulheres alfabetizadas no setor rural em relação ao de homens. Aliás, esta relativa tendência de melhor nível de escolaridade entre as mulheres residentes no campo em relação aos homens pode ser, também, observada nos dados sobre o tempo de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Embora a proporção de mulheres com menos de um ano de estudo seja maior que a dos homens, e que a escolaridade na área rural seja baixa, no que diz respeito aos números mais altos de anos de estudos elas se encontram relativamente em posição melhor que o segmento masculino. Por exemplo, a partir da frequência de 3 anos ou mais de estudos, as mulheres se destacam em relação aos homens em todas as faixas indicativas do nível de escolaridade.

Em síntese, a leitura desse conjunto de dados não deixa dúvidas quanto à reprodução do caráter das diferentes subordinações que vêm definindo, historicamente, a trajetória da grande maioria dos trabalhadores inseridos nas atividades agrícolas do país. Além disso, uma das questões que evidencia esse quadro contraditório refere-se à maior vulnerabilidade retratada nas condições de inserção das mulheres nos processos de trabalho agrícola. Isto poderia estar indicando que, em vez de insistir sobre a questão da complementaridade entre os sexos, a discussão atual sobre gênero deveria dar particular atenção à noção de igualdade.

Os dados acerca da distribuição do total de mulheres ocupadas, no país, por situação de domicílio, segundo a cor, mostram que o segmento composto por negras e pardas forma a maioria das trabalhadoras na área rural. Ou seja, enquanto na área urbana estas constituem 40% do total de mulheres ocupadas, no setor rural vão constituir cerca de 54% do conjunto de trabalhadoras. Por outro lado, ao considerar-se que 81% das mulheres inseridas em atividades agrícolas estavam trabalhando na condição de não remuneradas e para o próprio consumo, a introdução da variável cor/raça na análise vai demonstrar que a vulnerabilidade do contingente feminino é ainda mais alta entre as mulheres negras e pardas. As assimetrias das experiências masculina e feminina no campo do trabalho são, assim, mais uma vez, explicitadas, denunciando opressões, trazendo novos temas para reflexão.

2 - Áreas da pesquisa: organização do trabalho e gênero

A leitura dos dados obtidos acerca das condições de inserção da população das duas áreas investigadas - Serrinha do Mendanha e São Fidélis - nas relações sociais de produção mostra o caráter de heterogeneidade presente a partir de determinados aspectos, não deixando, contudo, de indicar a frequência de características comuns à grande maioria da população das mesmas.

2.1 - Em Serrinha do Mendanha a maioria dos homens trabalha nas lavouras. Em termos numéricos, segundo Pires (1996), além desta atividade destacam-se as de pedreiros, apontadores ou mestre de obras que absorvem 16% da força de trabalho masculina, seguida pela relativa à de comerciantes ou ajudantes em bares, num total de 10%, enquanto 7% são auxiliares de escritório, de administração, contabilidade, etc. Já quando a inserção diz respeito às mulheres, verifica-se que parte significativa delas declara acumular os cuidados da casa e com a família com atividades remuneradas - cerca de 41% - sendo que o emprego enquanto doméstica, em faxina, é mais expressivo. Outras, além dos trabalhos da sua casa, são feirantes, ajudantes nas atividades da lavoura ou trabalham em artesanato. Poucas são aquelas que trabalham em escritórios. O rendimento médio declarado é baixo, não chegando a um salário mínimo e meio.

Observa-se, na Serrinha do Mendanha, uma agricultura baseada na horticultura, sendo o chuchu, a abóbora e o aipim os principais produtos, assim como em cultivos das lavouras permanentes: maracujá, banana e manga. A produção é basicamente destinada à comercialização e, em menor escala, à subsistência. Esta composição da produção destinada ao comércio se justifica tanto pela qualidade do solo quanto pela demanda imposta pelo mercado.

Devido aos resultados insatisfatórios obtidos com a produção, tanto pelo empobrecimento do solo quanto pelo baixo valor do produto, muitos agricultores estão abandonando o trabalho na lavoura para vender, em sacolões, os produtos comprados no CEASA, outros empregam-se em distintos ramos de atividade. A justificativa utilizada pelos produtores para o desestímulo com a agricultura é, também, atribuída à falta de investimento e de incentivos do governo para a produção na região. O trabalho, contrariando a tendência de modernização da agricultura, é praticamente todo braçal, visto que não são utilizados maquinários na produção. A falta de apoio dos poderes públicos é descrita, pelos produtores, como o interesse do governo em acabar com a agricultura na região, visto que é uma área extremamente cobiçada pelo mercado imobiliário.

Neste sentido, a propriedade fundiária se revela como o ponto central para a sobrevivência e organização da agricultura na região. No Mendanha, ainda hoje, são poucos os que possuem a propriedade da terra. Os moradores mais antigos do local referem-se a três famílias como as principais proprietárias, visto que herdaram as terras dos seus antepassados. Entretanto, são muitos os produtores que se estabeleceram no local há vários anos, trabalhando na terra através das relações de posse e parceria e, em alguns casos, através do arrendamento. Como a maior parte desses produtores é formada por posseiros, há uma preocupação muito grande com o processo de especulação fundiária que vem ocorrendo no local. Quanto à parceria,

vem sendo efetivada sob a modalidade da “meia”. Entretanto, na prática, essa divisão não engloba os gastos com insumos e defensivos agrícolas; estes itens costumam ser descontados dos 50% daquele que produz, às vezes em percentuais pré-estabelecidos (dos 50% descontam-se 20%). Os resultados são rendimentos baixíssimos.

Neste contexto onde o que prevalece é a luta pela sobrevivência, as situações de trabalho apresentam características claras de exploração, que ocorrem independentes do sexo ou idade, mas que são agravadas quando se referem ao trabalho feminino e infantil vinculados à unidade de produção familiar, entendida aqui na perspectiva apontada por Carneiro: “Mesmo que nem todos os membros da família trabalhem na lavoura, a subordinação dos interesses individuais ao trabalho coletivo na roça define a família como unidade de produção” (1986:24).

Como a utilização da mão-de-obra feminina e infanto-juvenil ocorre no contexto de reprodução familiar, onde a figura masculina representa o chefe, o “superior”, ela não é remunerada e nem reconhecida como trabalho, está subordinada à reprodução da forma de exploração sofrida pelo homem. Os grupos familiares se organizam em torno de papéis sociais definidos da seguinte forma: a “obrigação” da mulher são as atividades reprodutivas, o cuidado com os filhos, o cuidado com a alimentação, e “ajudar” ao marido na lavoura, mas o seu “compromisso é com o espaço doméstico”. O trabalho “dela era um trabalho de ajudar o homem. O serviço dela era mais em casa, fazer negócio de comida, arremendar roupa rasgada, o serviço dela era esse”. (Sr.Marcos - agricultor referindo-se às atribuições da esposa).

A “obrigação” do homem aparece nos discursos como o trabalho no espaço da roça, a obrigação do homem é descrita, muitas vezes, pela expressão: “pegar na enxada”. Neste sentido cabe a reflexão de Carneiro sobre a distribuição dos papéis sociais nas unidades de produção familiar:

“As tarefas femininas mesmo que fundamentais à reprodução do grupo, são consideradas complementares e subordinadas, o que explica o predomínio da roça sobre a casa no que se refere à distribuição da força de trabalho disponível em cada família. Enquanto a posição social do homem é dada pelo trabalho, o que define a mulher é sua condição de reprodutora, cujo espaço natural é a casa” (1996:24).

Conforme vão sendo aprofundadas as reflexões sobre as atividades de homens e mulheres, as diferenças de gênero vão se revelando. No campo simbólico, as categorias “ajuda” e “trabalho” expressam hierarquias nas relações de produção familiar e os elementos mediadores utilizados nos discursos para determinar quem trabalha e quem ajuda são, principalmente, o emprego da força física e o tempo de permanência na lavoura. O emprego da força física está muito associado ao manuseio da

enxada, que é um instrumento relacionado ao universo masculino. A simbologia da enxada faz parte da construção da identidade do trabalhador agrícola na Serrinha do Mendanha: “A mulher no campo ela ajuda: vai no campo tirar uma couve, arregar... Ela vai pegar uma enxada igual um homem pega, de manhã até às cinco horas da tarde? A mulher pode fazer isso?” (agricultor, comparando as atividades).

No caso da mulher, embora também realize as mesmas atividades que os homens, estas atividades assumem, nos discursos, um caráter eventual, de ajuda. Isto quer dizer que outra razão para a atividade feminina não ser considerada trabalho está relacionada ao tempo que a mulher dedica à lavoura, isto porque ela o divide entre outras atividades reprodutivas, consideradas próprias à natureza feminina. Desta forma, o discurso das diferenças biológicas é utilizado para distribuir, hierarquizar e naturalizar os papéis sociais entre homens e mulheres (Alves, B. M. 1983).

O efeito perverso desta situação é observado, principalmente, por ocasião da aposentadoria, quando muitas mulheres, que sempre estiveram envolvidas com o trabalho agrícola, não conseguem se aposentar, porque nunca chegaram a se constituir, formalmente, como trabalhadoras. Na maioria das unidades de produção familiar somente o homem contribui para a previdência.

O trabalho vai assumindo conotações diferenciadas entre homens e mulheres. Para o homem o trabalho é considerado um trabalho bom, um trabalho que faz bem prá saúde do homem, o trabalho que se aprendeu a fazer e um compromisso com a sobrevivência do seu grupo familiar.

Para o grupo de mulheres entrevistadas, o trabalho é visto de forma positiva quando está vinculado às próprias atividades reprodutivas, nas tarefas de plantar, colher para o consumo da família, enquanto trabalho concreto, utilizado para a produção de valor de uso. Neste contexto ele é percebido com entusiasmo, entretanto, quando ele é realizado com vistas ao mercado, à comercialização dos produtos, é encarado como um trabalho pesado, que não é próprio para a mulher, porque deixa a mulher doente, uma atividade que não é valorizada porque não dá retorno. É nesse sentido, principalmente, que a participação feminina fica caracterizada como ajuda.

2.2 - Em relação à segunda área investigada, o município de São Fidélis, localizado no centro-norte do Estado, está próximo ao município de Campos do qual foi desmembrado deste 1850. A economia da região, desde o início da sua ocupação, passou a se desenvolver baseada na agricultura. Destacou-se na cultura canavieira e na cafeicultura, que foi bastante difundida no município por volta do século XIX. O declínio do café, na região, ocorreu no século XX, quando houve o surto do produto em São Paulo e no Paraná, obrigando os produtores de São Fidélis a diversificar suas atividades.

Assim, foi aberto o espaço para a pecuária, que se expandiu e, hoje, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, segue a tendência já apontada no estado do Rio de Janeiro, embora aqui com maior expressão: é a principal atividade econômica praticada em 55% dos estabelecimentos rurais de São Fidélis. Quanto à cana-de-açúcar, preservou, ao longo dos anos, a sua significação devido à existência da usina de Pureza, mas, conforme depoimentos colhidos, a usina já não absorve toda a produção da região, e a cana, que sempre ocupou um lugar de destaque, vem dando lugar à olericultura, cuja expansão é notória. Segundo os dados censitários, a categoria lavoura temporária, da qual a cana-de-açúcar faz parte, atinge 17% dos estabelecimentos rurais da região, enquanto a categoria produção mista (pecuária e lavoura) é apontada como a segunda mais importante de São Fidélis, estando presente em 20% dos estabelecimentos. Com menor expressão encontram-se a horticultura, desenvolvida em apenas 4% dos estabelecimentos, e a lavoura permanente, na mesma proporção.

Quanto aos dados referentes à estrutura fundiária, no espaço rural de São Fidélis há predominância de pequenas unidades de produção. Cerca de 48% do total dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10ha. A segunda categoria expressiva da região, 46% do total, é composta por estabelecimentos de 10 a menos de 100ha. As unidades de produção com área de 100 a menos de 1.000ha representam 6% do total de estabelecimentos. Conforme depoimentos, aquelas terras sofreram uma "reforma agrária natural", visto que foram distribuídas, ao longo dos anos, por herdeiros dos primeiros grandes proprietários.

Tal informação é condizente com o que se registra, também, quanto à condição do produtor no que se refere à relação com a terra. Seguindo o padrão observado no estado do Rio de Janeiro, em São Fidélis predomina uma significativa parcela de proprietários (77%) sobre as demais categorias. Em seguida, em percentual menos expressivo, destaca-se a categoria de ocupantes ou posseiros, com 14%. Esta mesma categoria, no Estado, aparece em terceiro lugar. Com a categoria parceiro ocorre o inverso, no Estado ocupa a segunda posição e, em São Fidélis, posiciona-se em terceiro lugar (6%), enquanto que a categoria arrendatário é pouco expressiva, tanto no Estado quanto em São Fidélis (3%).

Quanto à distribuição por sexo e idade, segundo a condição do produtor, observa-se que a participação de homens ocupados de 14 e mais anos destaca-se como maioria em todas as categorias, seguida pela participação bem menos expressiva de mulheres de 14 anos e mais. Entretanto, o destaque acentua-se quando se trata da categoria proprietário. As diferenças entre sexo diminuem quando se referem à faixa etária de menos de 14 anos, sendo que, na condição de arrendatário, a participação feminina neste grupo de idade é inexistente.

As diferenças por sexo e idade persistem quando são discriminadas as atividades econômicas. Os homens de 14 anos e mais permanecem como maioria em todas elas, e de forma mais expressiva na pecuária. A participação feminina na faixa de 14 anos e mais é menos expressiva em todas as categorias. Entretanto, nas atividades de pecuária e lavoura temporária, as diferenças entre os sexos são quase imperceptíveis quando a faixa etária cai para menos de 14 anos. Na horticultura e nas lavouras permanentes não há registros da participação de trabalhadores com menos de 14 anos, enquanto que na produção mista a participação masculina no referido grupo de idade é pequena e a participação feminina (com menos de 14 anos) não foi registrada.

Quanto ao financiamento das práticas agrícolas, admite-se que os critérios para a aprovação do cadastro dos produtores rurais são extremamente rígidos, deixando à margem, principalmente, o pequeno produtor. Segundo informações da EMATER, são poucos os que recebem crédito agrícola na região.

No que se refere à utilização de fertilizantes químicos foi observado, durante a pesquisa, que o uso de fertilizantes é alto e muitos agricultores os utilizam sem orientação técnica. Alguns trabalhadores admitem conhecer os riscos, mas afirmam que não recebem orientações, seguem apenas as recomendações do vendedor e não se protegem na hora da aplicação - a maioria não usa máscara, luvas, botas, etc. Preocupam-se apenas em poupar as crianças, evitando que elas estejam por perto na hora da utilização. Há relatos de crianças com problemas respiratórios sérios devido à exposição aos produtos. Há, também, registro de um índice muito elevado de casos de câncer no aparelho digestivo, no município, e de casos de depressão, levando muitos trabalhadores rurais ao suicídio pela ingestão de agrotóxicos.

Embora a atividade econômica predominante em São Fidélis seja a pecuária, a produção agrícola na região é bastante diversificada. E em cada distrito a composição da produção ocorre, provavelmente, devido às diferenças climáticas, de relevos e por conta da composição do solo. Produz-se café, cana-de-açúcar, algodão, arroz de várzea, frutas, legumes, hortaliças, coco, cujo destino tem sido o CEASA de Irajá no Rio de Janeiro e o CEASA de Ponto de Pergunta na divisa do município.

Uma informação significativa é referente à integração de parcela da população feminina em atividades não agrícolas, de modo particular naquelas vinculadas à fabricação de doces, às confecções, aos bordados em ponto de cruz (marca), tricô, crochê, etc. Em São Fidélis destacam-s, além de uma fábrica de sacos para limpeza, seis agroindústrias de fabricação de doces (banana e açúcar) e cinco confecções, que absorvem parcela do contingente feminino proveniente da área rural.

Observa-se, assim, no município uma retração na participação das mulheres nas atividades agrícolas, ficando restrita tal inserção aos períodos de maior demanda de força de trabalho em algumas fases dos ciclos de produção. Desenvolvendo trabalho agrícola, ou não agrícola, ou seja, trabalhando na roça, fazendo marca, realizando tarefas na casa, inserindo-se na fábrica e até mesmo migrando, na procura de emprego, as mulheres rurais de São Fidélis vêm efetivando atividades diversificadas, que elas definem como sendo, também, “ajuda”, mas que, não raro, são reconhecidas como fundamentais à reprodução do grupo doméstico. Uma questão importante foi levantada a partir das observações destas formas diferenciadas de inserção no trabalho: elas aparecem revestidas sob a roupagem da hierarquização de papéis, de privilegiamento da figura masculina como aquela do trabalhador “legalmente constituído”. Conforme a expressão de uma trabalhadora, “trabalhando a gente tem como ajudar... porque se não trabalha não tem, tem que esperar do marido, e é pouco, só dá pro alimento e muito mal”.

Olhando nesta direção, percebe-se que o quadro de vida das entrevistadas nos dois espaços analisados, tendo em conta a divisão sexual do trabalho, e relacionando-o ao contexto mais amplo das transformações que vêm ocorrendo no âmbito geral da organização da produção na agricultura brasileira, não está indicando uma nova reestruturação em termos de superação das iniquidades que vêm marcando as inserções das mulheres no trabalho.

Da empreitada à marca

Em recente texto (Brito, S. R. e Victor, P.M., 2001) onde foram abordados aspectos relativos às características da agricultura a partir dos anos 1990, que diz respeito às condições de absorção da mão-de-obra nas atividades agrícolas, foi destacada a tendência de transformação do espaço rural brasileiro, expressa de modo particular pela redução das ocupações de caráter estritamente agrícolas e, em contrapartida, pelo aumento das ocupações rurais não agrícolas. Além disso, o quadro agrário construído a partir dos dados gerais acerca da composição da população inserida em atividades agrícolas, no final dos anos 1990, aponta particularidades interessantes no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e, de forma mais ampla, a alguns aspectos da organização da produção no setor rural de nosso país. De certa maneira isto vem reiterar tendências já apontadas em alguns estudos que estão colocando em evidência importantes alterações nas condições mais recentes de reprodução capitalista na agricultura.

De modo sintético pode se dizer que o processo bastante acelerado de transformações que vinha ocorrendo até os anos 80, com a integração da agricultura à dinâmica industrial de produção passou, na década seguinte, a uma fase de relativa estagnação, ocasionada, sobretudo, pela desmontagem

das políticas de intervenção estatal, pelas medidas de liberalização comercial e pelas condições especiais da estabilização monetária vigente. Conforme apontado por Delgado (2000), estes fatores trouxeram como contrapartida uma queda acentuada da renda agrícola e da renda familiar, a relativa estagnação do produto agrícola e uma redução do emprego produtivo no setor e nas atividades conexas dos complexos agroindustriais.

Nesta ordem de idéias, a observação dos dados sobre a composição da população inserida nas atividades agrícolas, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, vem indicar a persistência, no referido contexto, na década de 90, de relações de produção que se expressam em níveis de heterogeneidade social nada desprezíveis. Ou seja, as mudanças que afetaram a agricultura, conforme Delgado (op.cit.), sobretudo entre 1995/99, que podem ser traduzidas como de desmonte dos regimes de garantia de preços, de crédito rural e favores fiscais até então vigentes, vieram contribuir para a reprodução de formas de ocupação que revelam a presença significativa da produção de subsistência e das formas mais integradas da agricultura familiar, ao lado de um importante setor que absorve mão-de-obra assalariada, mas que foi bastante atingido por estas mudanças.

Ao articular este panorama com as particularidades observadas nas trajetórias das mulheres entrevistadas, percebe-se o modo como a história vem atravessando suas vidas. Ou seja, a análise de alguns dos relatos acerca das experiências do seu cotidiano de trabalhadoras vinculadas às atividades agrícolas permite desvendar como a dimensão contraditória dos processos históricos que vêm ocorrendo no contexto mais amplo do país estão presentes em todos os fragmentos destas vidas. A descrição, a seguir, tem, portanto, um propósito, conforme pertinente perspectiva apontada por Martins, de “...interrogar sociologicamente a complexidade antropológica das miúdas relações e compreensões que, no dia-a-dia, erguem um véu cinzento que separa, aparentemente, o homem cotidiano de sua história e da sua competência para concretizar esperanças”³. Com este intuito são apresentados alguns momentos das trajetórias de quatro trabalhadoras, representativas do conjunto de entrevistadas nascidas na área rural: todas começaram, desde cedo, a trabalhar na roça, não tiveram tempo, nem condição de estudar; hoje, ainda trabalham na agricultura ou realizam outros serviços em busca de soluções para a “aguda perturbação social” (Thompson, E. P. 1997) que vem marcando suas vidas.

1 - Jane: “Eu nasci aí prá cima, afastado; nem lembro porque meu pai não parava em lugar nenhum, quer dizer, ele trabalhava assim por conta própria.

³ Martins, J. de S. In Folha de São Paulo, Caderno Mais, p. 3, domingo, 15 de setembro de 2002.

Mas, a minha história não é nada fácil, nem nada bonito. Eu perdi meu pai cedo, na idade de onze anos, e tinha que fazer alguma coisa prá ajudar minha mãe, muitos irmãos pequenos. Eu não pude estudar, não tive tempo para isso, prá estudar...”

“Eu praticamente comecei a trabalhar na roça com uns onze anos, depois, mais tarde, com uns quatorze, quinze anos, eu comecei a ir saindo prá trabalhar em casa de família, e por aí vai... Morava lá embaixo (São Gonçalo). Morei lá muitos anos, depois resolvi vir prá cá, e aqui estou eu de novo, cortando cana!”

“A única coisa que eu aprendi foi que a vida é bem dura, a gente pobre, já trabalhando a vida inteira, não é fácil”.

“Trabalhei em qualquer serviço que fosse um facão; casa de família também, mas não tem vantagem nenhuma, trabalhei a minha vida inteira. Eu acho que tem gente que tem sorte de trabalhar na casa de família e, de repente, ter uma carteira assinada. Nunca trabalhei de carteira assinada”.

“Trabalhar na cana é um serviço meio bruto, não é qualquer uma que tem coragem prá ir. Uns tempos atrás até que tinha bastante mulher, a gente ia para o alambique, uma turma mesmo de mulher, hoje em dia tem poucas”.

2 - Lívia: “A gente nascemos aqui mesmo... a parteira da daqui mesmo fez o parto. A minha criação foi uma criação boa; a gente quando pequeno já passou muita dificuldade(...) hoje passa *mais pior porque agora tenho minha filha. Sou mãe solteira, aí convivo com a minha mãe.*”

“Já trabalhei muito na casa de família; mas agora eu tô até meio adoentada não tenho podido trabalhar direito. O único dinheiro que me ajuda é o dinheiro desse projeto. Tem vez que eu vou em São Fidélis, às vez faço faxina duas vezes por semana, vinte reais por dia”.

“Com uns treze anos comecei a trabalhar. Já capinei muito, meu pai plantava milho, à meia e aí meu pai trabalhava fora.

Acho melhor trabalhar assim conforme eu faço, na faxina. Eu acho esse melhor porque o trabalho na roça é um trabalho mais pesado, a gente fica mais cansada, é um serviço no sol, fica no mato, mão cheia de calo”.

“Estudei até a 4ª série; não estudamos porque nessa época meu pai não podia dá os estudos conforme agora, que hoje em dia prá pessoa formar prá professora, a pessoa hoje em dia não trabalha para comprar livros, hoje as coisas estão muito fácil; mas, antigamente era tudo pago e meu pai não tinha condição da gente estudar.”

“Meu sonho de vida era de casar. Eu imagino minha filha estudar e se formar e um dia ser alguém na vida, eu ver ela formada professora, até me

ajudar a trabalhar prá poder até ajudar. Criei ela sozinha... aqui com a minha mãe, e um dia eu vou vê ela, se Deus quiser, trabalhando”.

“Antigamente, quando a gente trabalhava na lavoura não tinha diferença entre trabalho de homem e de mulher, era a mesma coisa. Hoje tem mais facilidade: assim, principalmente o homem que mora aqui, que não estudava, que não tem possibilidade de arrumar um serviço melhor... Hoje em dia prá arrumar um serviço tem que ter estudado. Se não, tem que ficar toda a vida plantando quiabo, ou plantando milho, ou plantando arroz; às vez chega, planta o legume, aí chega na época da colheita, aqui não tem preço... Hoje em dia, prá gente trabalhar na roça eu acho mais difícil, é mais fácil pro homem, porque a pessoa que é mulher, às vez vai para a cidade, arruma de babá, às vez serviço de faxineira, eu acho mais fácil de que para homem, porque na cidade serviço não é tão fácil, é mais fácil para mulher.”

“Esse projeto foi tão bom que tem gente aqui que marcou prá fora e, e hoje em dia, ganha dinheiro através desse projeto. A professora sabia marcar, aí ela marcava um horário para as mães ir marcar, e foi muito bom; tem moça aqui que ganha dinheiro com isso, fazendo marca; muita gente já aprendeu a costurar... Quando aprende a marcar, as pessoas vêm dá as marca para a pessoa marcar e paga, aí de São Fidélis mesmo. Já dá a linha, dá tudo. Sabe, não tem jeito de eu aprender, já tentei, achei muito difícil contar aqueles pontos”.

3 - Nadir: “Meu pai trabalhava na lavoura, toda a vida morava de colono, nunca teve a casa dele, própria, dava terço pro patrão. O ano que dava alguma coisa era terço, o ano que dava nada, não tinha quase nada também. Estudei até a 4ª série, de manhã até às 11 horas; chegava em casa, passava a mão no bulinho de café e ia prá roça trabalhar. Eu fui criada assim, em lavoura, né. Comecei desde os sete anos...”

“Tenho muita coisa prá contar... Tenho três garotas, uma é que tá no projeto, com treze anos, faz almoço pro pai dela e as outra... tem uma do meio, é magrinha, ela trabalha em casa, lava roupa, faz tudo, tem onze anos, e tem outrazinha. Eu não posso arrumar um emprego fora daqui por causa das meninas. Então eu arrumo um servicinho por aqui mesmo, na fábrica de roupa, mas é péssimo também.; tava trabalhando na lavoura direto antes...”
“Trabalhar na lavoura ganhando quatro reais por dia, muito pouco também. Lavoura só tem serviço, quando tem lavoura de legume, aí acabou o legume acabou o serviço. Não tá dando nada; tá muito péssimo de serviço. Trabalhei pros outros, prá conhecido, por dia.”

“Trabalho aqui na fábrica é desorganizado, a fábrica mesmo é no Rio. O gerente é daqui; o dono forneceu as máquinas e fez contato com esse gerente e começou a funcionar, e dá esse trabalho assim, sem legalização nenhuma. A marca das roupas são várias; a fábrica quem compra, tem vári-

as etiquetas. É difícil receber também, vai prá tres meses sem receber, é péssimo. Eles não dão nenhuma ajuda. Cada dia uma pessoa leva um lanche. As compras tá é fiado nas vendas, não tem dinheiro prá pagar”.

“A gente tem que concluir; é porque a gente trabalha mais a gente ganha, porque quanto mais a gente ficar parada, menos a gente ganha.”

4 - Ana: “Meu marido trabalha na foice, ganha um salário e eu trabalho na fábrica, de costura, logo ali ao lado. Sempre assim, quando não estou trabalhando na fábrica, trabalho marcando.”

“Tem muita gente trabalhando com marca e crochê. Se a marca for mais trabalhosa é mais um porquinho, se for simples é mais baratinho. Recebe por ramo: tres, quatro, cinco reais, depende. Aqueles quadradinhos prá colcha e prá toalha, redondinho, pequenino? O máximo é setenta centavos. É o que mais aparece prá fazer - aquelas pequenininhas que depois montam as grandes toalhas, e essas dá cincoenta centavos.” “Dependendo do ramo leva até quase dois dias e tem as outras obrigações prá fazer, aí não tem como pegar direto. Tem dia que seis e meia, as meninas sai pro colégio, eu vou até ditardinha. Só paro mesmo prá fazer comida, lavar roupa, essas coisa. Até mesmo água as menina leva prá mim onde eu fico sentada.”

Além das evidências que podem ser observadas no trabalho visível e relatado por estas mulheres, uma série de indagações é suscitada a partir da leitura de seus depoimentos, sobretudo ao se considerar os esforços que são feitos, ao longo de suas vidas, para transfigurar, de certa forma, sua própria situação de carências, de constrangimentos.

A redução das oportunidades de absorção do contingente feminino nas atividades agrícolas e sua conseqüente reabsorção em outros setores aparecem de forma clara nos discursos das entrevistadas, sugerindo que são elas pessoas individualizadas e socializadas pelo trabalho. As conexões da sua vida cotidiana com o trabalho e a reprodução social aparecem, portanto, como num espelho, mostrando como vão imprimindo suas marcas na história que vem sendo por elas construída. É possível captar, nesta perspectiva do fazer-se desses sujeitos, nas suas experiências comuns (Thompson, E. P. 1997), os diversos meandros das relações sociais que estão presentes nos vários âmbitos da sociedade, sendo que esta só pode ser compreendida enquanto totalidade contraditória.

Nesta perspectiva pôde se perceber que as estratégias de vidas que vêm sendo utilizadas pelos trabalhadores rurais, através do exercício de atividades remuneradas fora da agricultura, têm o propósito de continuar a garantir a reprodução social de suas famílias. Mas, por outro lado, estão indicando que os conteúdos culturais e ideológicos aí implícitos não estão apontando um novo processo em curso no que diz respeito às diferenças de

gênero (Carneiro, M.J., 149). Ou seja, quando se reportam ao trabalho na roça como sendo “difícil” para a mulher, “serviço meio bruto” para o qual é preciso ter “coragem”, e destacando, como contrapartida, a saída para outras atividades, as alternativas encontradas indicam a persistência da divisão sexual do trabalho marcado pelas relações de subordinação e de hierarquização entre os papéis masculinos e femininos.

As diferentes formas de inserção das entrevistadas, por exemplo em empregos domésticos, na faxina, na prática de atividades artesanais da “marca” e crochê, ou na costura de roupas sem “marca” (sem etiquetas) para firmas diversas, vêm sinalizar que o modelo de inclusão social destas trabalhadoras é perverso, ilusório. Há, assim, com a sua saída das atividades da roça, a reprodução dos padrões de desempenho de atividades que são “próprias” para as mulheres, a continuidade entre a esfera do trabalho exercido no âmbito doméstico e o praticado com o objetivo de ganhar dinheiro. Não chegam, nesse processo, sequer à condição de assalariadas, de trabalhadoras livres segundo os moldes clássicos do capitalismo, onde é criada uma separação espaço-temporal entre um lugar e um tempo para produzir e ganhar um salário e um outro lugar e um outro tempo para se reproduzir (Kergoat, D.: 324-325).

A referência central nos seus discursos, quando falam dos sonhos em relação ao futuro, é direcionado, no entanto, na idealização que aponta uma disposição subjetiva de buscar uma inserção no trabalho que reforça a cultura do trabalho vinculado ao emprego assalariado. Talvez chegar a ser “gente de sorte que consegue um emprego com carteira assinada”. Esse trabalho assalariado seria importante para livrar seus corpos do sofrimento, da dor resultante das práticas laborativas disciplinadoras que tiveram início desde a infância: no “roçar empreitada”, no capinar, no trabalhar “pros outros, por dia”. À banalidade da vida cotidiana de trabalho na lavoura - “um serviço no sol”, “trabalho mais pesado”, que deixa a “mão cheia de calo” - poderia, então, contrapor - se agora o parâmetro do assalariamento. Contudo, na idealização desse trabalho livre há a percepção da mediação de limites, uma vez que “prá arrumar um serviço melhor tem que ter estudado”.

A partir destas considerações vale refletir sobre as mudanças que vêm sendo operadas no trabalho, de modo particular em relação ao assalariamento, e que sinalizam os vários limites que se interpõem às disposições pessoais dos trabalhadores para sua inserção no mercado de trabalho, mesmo para aqueles com atributos subjetivos que atendam aos requisitos da demanda de mão-de-obra qualificada. Em relação à grande maioria dos trabalhadores em nosso país, inclusive para a maior parcela dos que conseguem se inserir, de alguma forma, no mercado de trabalho, há a necessidade da sua sujeição às condições impostas pelo capital, onde são perceptíveis, além dos baixos salários, a insegurança, a precariedade, o risco.

Neste contexto são evidentes as situações adversas nas quais os trabalhadores rurais se encontram, sujeitos a experiências sociais das rupturas e transições de várias ordens (Martins J. S., 2002:29). Particularmente no caso das mulheres, são ainda mais precárias suas condições, conforme foi constatado ao longo da nossa pesquisa. Abandonar o trabalho na roça, que deixa o corpo marcado, para fazer marcas bordando, ou mesmo costurando roupas sem marcas, nada mais vem sendo para elas que a experiência de transição para uma outra ordem mas que é, também, marcada pela pobreza, pelos desenraizamentos, pela incerteza.

Bibliografia

- BRITO, S. R. e Victor, P. M. Mulheres e trabalho agrícola: novas perspectivas ou redesenhos de precariedades? In *Espacio Abierto*. Cuaderno Venezolano de Sociologia. Vol. 10, nº 4, octubre - diciembre, 2001.
- BRITO, S. R. de e Senes, S. M. L. B Trabalho infantil juvenil e gênero no meio rural. In *O Social em questão*, vol. 3, nº 3, ano III, Rio de Janeiro, 1999.
- BRUMER, A. Exploração familiar no Brasil In *Agricultura familiar*. São Paulo, Ed. UNICAMP. Lamarche, H. (org.), 1993.
- CÂMARA, C. e Cappelin, P. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In *Gênero e trabalho na Sociologia latino americana*. São Paulo, Rio de Janeiro, ALAST, 1998.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? In APIPSA, Anais do XVII Encontro Nacional, 24 - 28 nov. vol. 1, 1997.
- DELGADO, G. C. e Junior, J. C. C. Condição de reprodução econômica e combate à pobreza nas famílias dos aposentados rurais. In *Seminário Desafios da pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, 2000, publicado em CD.
- KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. In *Monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In *Uma questão de gênero*, Costa, A. de O. e Bruschini, (orgs.). Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social* (os princípios fundamentais de Marx). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In *Uma questão de gênero*, Costa, A. de O. e Bruschini (orgs.). Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- VINCENT, J. M. Flexibilité du travail et plasticité humaine. In *La crise du travail*, Bidet, J. et Texier, J. (orgs.). Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1995.